

**AS CIDADES MÉDIAS COMO FORMAS DE REPRODUÇÃO E
VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO: APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA
ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA –
BAHIA**

Profa. Msc. Ione dos Santos Rocha
Pesquisadora e Professora do IFBA – Campus Conquista
(ionesrocha@yahoo.com.br)

RESUMO

Nos últimos vinte anos (1990 a 2010) a cidade de Vitória da Conquista experimentou um crescimento populacional expressivo, e com isso a expansão da malha urbana. É comum nos noticiários locais e regionais referências a essa cidade como capital regional, cidade pólo, e até mesmo como metrópole, devido o ritmo acelerado de crescimento e a importância funcional em sua hinterlândia. Das duas formas de regionalização do estado, tanto do território de identidade quanto do ponto de vista geoeconômico o município de Vitória da Conquista tem posição de liderança. Entretanto para este trabalho consideramos como contexto regional mais adequado a região geoeconômica do sudoeste da Bahia, e por vezes consideraremos também a área e influência urbana indicada pelo IBGE (2008). A população do município de Vitória da Conquista em 2000 totalizava 262.494 habitantes e em 2010 atingiu cerca de 306.866, um acréscimo populacional significativo especialmente na população urbana, correspondendo a mais de 75% da população absoluta do município cuja área total corresponde à 3.743 quilômetros quadrados, conforme dados do IBGE (2011). O destaque que se adquiriu com o processo de ampliação da área urbana, o acréscimo demográfico, crescimento econômico, importância política entre outros, reproduziu no espaço intraurbano novas formas de apropriação do espaço com vistas a valorização econômica e a obtenção ampliada do lucro com o mercado imobiliário.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano se desdobra em diversos tipos de cidades, com dimensões e funções diferenciadas, das quais na Geografia se nota, por exemplo, a importância das metrópoles e do processo de metropolização.

O momento atual nos coloca diante de uma realidade de descentralização urbana, vista a ampla população e demanda social que uma metrópole ou região metropolitana apresenta e as dificuldades no que tange ao atendimento ou controle dessas demandas. Pode-se aferir que a metrópole tem uma importância central, mas que o desenvolvimento de eixos de articulação secundários se torna cada vez mais necessário e relevante na complexidade das relações interurbanas.

É nesse quadro que pode-se analisar as cidades médias, e/ou intermediárias cuja função principal é suprir as necessidades das cidades menores em suas demandas de consumo, dada a dificuldade de articulação direta com capitais e metrópoles. Mais que um espaço de articulação ou circulação, as cidades médias se consolidam como centros cada vez mais concentrados de atividades políticas, administrativas e econômicas, que

tem sérias repercussões na valorização do espaço urbano.

1. FUNÇÕES URBANAS E ARTICULAÇÕES ESPACIAIS

Um elemento de profunda influência no processo de valorização do espaço é a função urbana. De acordo com Corrêa (2007) isso “diz respeito às atividades da sociedade, redefinidas a cada momento, que permitem a existência e reprodução social”.

A cidade pode ter múltiplos papéis, que segundo Milton Santos (1985) se desdobram e articulam com as formas os processos sociais e as estruturas materiais e imateriais. O potencial polarizador de uma cidade influi na economia nas relações interurbanas e na forma como as áreas intraurbanas são organizadas e até mesmo hierarquizadas.

No entanto, a função urbana não está ligada apenas à dinâmica e organização interna, mas articula relações do intraurbano com o interurbano. Nas cidades se desenvolve atividades estabelecidas a partir da relação e da interação que estabelecem com as demais e, não figuram neste cenário apenas as metrópoles, mas a rede de interação espacial entre as pequenas, médias e grandes cidades em articulação de escalas.

A tendência da descentralização das metrópoles consolida novos nós na rede urbana e afirmam o potencial de centralidade de cidades intermediárias. Segundo Corrêa (2008), essas últimas devem ser definidas por uma combinação particular entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano.

Entende-se com isto ao ultrapassar o limiar de 200.000 habitantes, a elevação da importância populacional em relação à maioria das cidades brasileiras. Porém, apenas o tamanho demográfico é insuficiente para uma classificação: um índice numérico isolado não alcança as questões qualitativas, não define e nem aprofunda a função urbana.

2. A CONDIÇÃO POLARIZADORA E A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE MÉDIA

Conforme a caracterização de Corrêa (2006) para as cidades médias, uma das principais características da organização desses espaços é a presença de equipamentos e serviços que a diferenciam das demais localidades e que, portanto estabelece uma influência urbano-regional principalmente no que tange a economia ao atender às

demandas externas. O mesmo autor indica a necessidade de se construir um referencial teórico acerca das cidades médias, já que esta é uma necessária abordagem da questão urbana contemporânea.

Desde de 1967, os estudos sobre as cidades médias do Brasil (CASTELLO BRANCO, 2007) já incluem Vitória da Conquista no mapeamento, como centro de importância para o estado da Bahia e a Região Nordeste do Brasil. Trata-se de um nó de articulação política e econômica que congrega demandas de uma série de localidades vizinhas mas que, no entanto, só ganha infraestrutura pertinente num período mais recente.

Castello Branco (2007) afirma que na publicação do ano de 1972, pertinente a levantamento realizado em 1967 pelo IBGE, a cidade de Vitória da Conquista já aparece como centro regional B, conforme o estabelecimento das Regiões Funcionais. Já em 1987, a pesquisa do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades, situa Vitória da Conquista como capital regional, o que demonstra a permanência do destaque sobre os demais centros que integram a região como as cidades de Itapetinga e Jequié, por exemplo.

Pode-se verificar que a importância de Vitória da Conquista com o passar dos anos é evidenciada e a projeta como centralidade na rede urbana brasileira. Essa condição se fundamenta em um conjunto de características produzidas que, segundo Castello Branco (2007), expõe a cidade como articuladora privilegiada nos eixos ou corredores de desenvolvimento, com repercussões notadas, sobretudo, no crescimento populacional e na expansão urbana.

De acordo com Pontes (2007),

A cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência (PONTES, 2007, p. 334).

A condição de cidade média é uma expressão local da nova configuração global da rede urbana que demanda a renovação dos espaços e dos fluxos de circulação. A cidade de Vitória da Conquista portanto, não se alheou a dinâmica do espaço geográfico atual, e apresenta atualmente em sua forma e função as repercussões da constituição histórica e da forma como os agentes empreendem o espaço urbano.

As cidades médias são definidas como parte de uma rede de alta complexidade por características próprias, pelo tamanho da população residente, disponibilidade, quantidade e qualidade dos equipamentos coletivos e serviços urbanos, destinados a atender as demandas da população local e as que se originam externamente (SPÓSITO, 2007).

Estas cidades têm a capacidade de estabelecer ou alterar a geografia regional, pois são de importância estratégica para a urbanização capitalista na atualidade, na qual a produção do espaço é norteadada principalmente pela formação de mercados consumidores, como esclarece Spósito (2007, p. 45): “Foi a formação desse mercado que fortaleceu as relações entre as cidades brasileiras, possibilitando que se vislumbrasse um sistema urbano, conformando, de fato, uma rede urbana”.

Castello Branco (2007) indica como características das cidades médias: oferta de serviços mais ou menos especializados para a área de influência; constituem nós articuladores de fluxos para outros núcleos da rede urbana onde se localizam sedes de governo local e regional, com papel relevante na descentralização administrativa.

A consolidação de uma cidade média passa pela importância populacional, econômica, cultural e político-administrativa, grau de urbanização, centralidade e condições de vida para a população (CASTELLO BRANCO, 2007).

Essas são cidades cuja atração de população externa é efetiva e se justifica pela importância de seu papel de supridora de demandas para uma numerosa população externa em sua área de influência urbana imediata.

3. OS AGENTES E FATORES DE CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Existem especialmente três fatores que sustentam a condição de uma cidade média, segundo Corrêa (2007): a ação de uma elite empreendedora, a localização relativa, e as interações espaciais. A presença de uma elite empreendedora é que consolida o capital como produtor de espaço.

É a lógica da acumulação de capital, que fragmenta o espaço urbano atribuindo-lhe valor de troca simultaneamente ao valor de uso, e a condição de mercadoria ou de oferta de mercadorias. Esta elite é a portadora de capital fundiário, rural, mercantil, industrial ou de serviços, e representa uma classe importante na consolidação da função urbana intermediária. São agentes com elevado grau de influência na produção do

espaço e no significado da forma, função e estrutura urbana

[...] por que é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos (CORRÊA, 2007, p. 28).

Além da influência política, as elites locais efetivam na cidade as repercussões da mobilidade do capital, no caso de Vitória da Conquista, o capital agrícola, que se desdobra em atividades comerciais e imobiliárias. A formação do mercado imobiliário, além de alterar significativamente a paisagem, ocasiona o embate com as classes populares por conta da exploração e apropriação de parte do espaço urbano como propriedade privada e da lógica da especulação.

Isso configura uma tensa relação dos proprietários privados e agentes do mercado imobiliário e das populações pobres com o Estado, cujas ações em privilégio de classes e/ou em omissão das demandas de outras o coloca também como agente produtor da cidade desigual.

Corrêa (2005, p. 24) afirma que “[...] a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista”. E mesmo com a segregação social manifesta na organização residencial, a iniciativa privada encontra e recria condições de exploração, até mesmo direcionadas as classes mais pobres da sociedade.

As elites empreendedoras são responsáveis pelo fortalecimento de novas centralidades intraurbanas por meio de ações diretas ou indiretas em distintas partes da cidade, o que fomenta a ação dos promotores imobiliários.

Quando um proprietário decide lotear uma gleba de terra, ele busca por vários meios adicionar valor àquela área atraindo para as proximidades a extensão da infraestrutura pública coletiva mais geral da cidade (vias de circulação e transporte coletivo, saneamento etc. e outros empreendimentos privados ou públicos ativadores de interesses de um público previsto no projeto de loteamento). Observa-se o descumprimento dessas determinações, que muitas vezes só são providas após a venda de todos ou da maioria dos lotes, e no caso das construtoras, quando se vende a maioria dos apartamentos ou casas.

No entanto, como a valorização ou desvalorização do espaço constitui um processo seletivo de adição de valor ao imobiliário da cidade. A natureza do processo de valorização, por exemplo, não se limita à capacidade individual dos agentes privados do mercado imobiliário, o Estado/governo também se compromete com isso, para a manutenção da dinâmica de reprodução do espaço urbano e por vezes atender as demandas sociais.

A desvalorização, por outro lado, pode ocorrer por vários motivos: pela estagnação ou decadência da infraestrutura urbana local, pela proximidade de áreas residenciais populares, de fontes de poluição ambiental e também de equipamentos urbanos que atribuam sentido social negativo na referência dos grupos sociais de *status* médio e elevado, a exemplo de presídios, lixões etc..

Diante desse da compreensão da cidade como produto de um processo social reprodutivo é que se pode afirmar que na dinâmica de valorização, o papel das elites urbanas segundo Marx (2001) é o de burguesias revolucionárias.

Estes sujeitos não são apenas uma classe social assentada nas cidades, mas produzem espaço e orientam o direcionamento do crescimento e da organização socioeconômica na cidade em função da reprodução do capital. Com isso, as elites empreendedoras garantem as cidades médias uma concentração de atividades e estruturas muito oportuna no processo de valorização imobiliária.

Retomando os critérios de Corrêa (2007) para a definição de uma cidade média, a saber: a localização relativa, a presença das elites empreendedoras, e as interações espaciais. A localização reforça a condição de centralidade na rede urbana imediata.

Segundo Corrêa (2007), o acesso viário potencializado pela vizinhança não se realiza apenas pelo fator proximidade, mas por um emaranhado de relações de oferta e disponibilidade de recursos e serviços que constituem um nó para o qual convergem os fluxos de trocas que envolvem capitais, pessoas e mercadorias etc..

Para o autor, a localização identifica a importância de uma cidade média no conjunto da rede, porém, não se restringe a apenas uma localização geograficamente privilegiada, ou de um ponto exato no mapa que estabeleça conexão entre os locais vizinhos. Conforme Corrêa (2007):

É esta localização uma herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação, submetido à conformação do relevo e das vias fluviais, ou é parte dos empreendimentos realizados por um grupo social que

simultaneamente tornava-se elite ou reforçava esta posição? (CORRÊA, 2007, p. 30)

O questionamento do autor remonta à questão da reprodução do espaço e demanda um aprofundamento com relação à maneira como os agentes sociais se apropriam da localização. É essa posição, sua apropriação pelos sujeitos e o conjunto de relações entre os lugares que garantem a circulação, produção e abastecimento das demandas regionais. Tal condição faz da proximidade com as outras cidades uma localização estratégica.

A condição de centralidade influi diretamente na disponibilidade e na composição dos recursos urbanos que caracterizam as cidades médias, e ainda empreende novas formas de apropriação e produção do espaço que desencadeiam no espaço intaurbano a especulação imobiliária, a formação de espaços residenciais fechados, a implantação de equipamentos urbanos etc..

Outra condição apontada para se classificar uma cidade média é a existência de relações e interações espaciais. Segundo Corrêa (2008), estas relações são mais intensas, complexas, multiescalares e multidirecionais entre a cidade média e as demais, que entre os outros núcleos urbanos menores.

O autor assevera que as relações se dão de e para a cidade média em escala regional e extra-regional, nacional ou internacional. Essas interações estabelecem a dialética entre a organização e distribuição interna das demandas locais, e o necessário entendimento do espaço como totalidade.

Sposito (2008) chama a atenção para a necessidade de se pensar de maneira articulada escalas geográficas: o espaço intraurbano e o espaço interurbano, pois a lógica do mercado na oferta de mercadorias e dos serviços insere as cidades nos fluxos com outras escalas espaciais.

As interações espaciais, também destacadas por Corrêa (2008) podem ser caracterizadas por processos elencados por Sposito (2008, p. 41 - 47):

- a) A “concentração e centralização econômicas”; se articula com a ação dos grupos ou elites empreendedoras, no histórico de acumulação de capital em cada lugar. É a partir deste subsídio que se implantam os equipamentos que potencializam o papel intermediário das cidades e se efetiva a atração populacional.
- b) Os “sistemas de transporte e telecomunicações” elementos que consolidam e realizam

os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais nas cidades. A formação de uma rede integradora de lugares assegura o poder de centralidade regional.

- c) “Atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços”; a concentração destas atividades estabelece uma interação das cidades menores com as de maior porte e centralidade cuja oferta de serviços pressupõe certo aprimoramento técnico, e de mão de obra especializada. O comércio representa uma parcela importante da elite empreendedora, e é responsável por grande parte da circulação de dinheiro.
- d) A “modernização do setor agropecuário”; esse processo abarca uma parcela também importante das elites empreendedoras tem referência nas cidades. O processo de modernização do campo aumentou a produtividade agrícola e a transformou em agroindústria. Isso assinala fortemente a relação com a cidade seja pela manutenção do aparato técnico, seja pela redução do campo a meio de produção, passando os proprietários a uma vida efetivamente urbana.

Esses processos dinamizam a interação espacial entre as cidades médias e as demais cidades e áreas agrícolas, e servem como fatores definidores da valorização do espaço urbano. As cidades médias que não estão inseridas no contexto das regiões metropolitanas encontram nesta condição a base para o desenvolvimento de processos internos, fortemente articulados com o interurbano, que não deixam, porém, de redefinir a organização do espaço nas escalas envolvidas.

Conforme Sposito (2008):

É assim que as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações. Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. As cidades médias têm como papel o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e desse modo se constituem em intérpretes da técnica e do mundo. Em muitos casos, a atividade urbana acaba sendo claramente especializada, graças às suas relações próximas e necessárias com a produção regional (SPOSITO, 2008, p. 281).

Mesmo sob o discurso totalizante da globalização, pelo fato de a cidade fazer parte dos interesses das demandas de vários agentes sociais que se interessam pela cidade o seu conteúdo é produto do acúmulo histórico de realidades criadas e recriadas, e das contradições entre os interesses dos sujeitos. E assim o espaço urbano se afirma diante das formas diferenciadas de concepção de mundo, baseadas principalmente na

produção e na reprodução do capital.

4. A REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL COM A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Para a análise de uma sociedade sob o modo capitalismo é necessário decodificar aquilo que Marx (2001) chama de fórmula trinitária: capital, trabalho e terra. A forma como capital manipula o trabalho e a terra desencadeia no caso da cidade o processo de valorização, que retroalimenta a reprodução ampliada do capital.

Tanto pra a crítica ao capital, quanto para a análise do espaço (urbano) estes elementos são decisivos. O capital é reproduzido com base no lucro e em juros; a terra só tem valor quando dela se extrai a renda, a renda da terra; e o trabalho cujo valor capitalista é manifesto na forma de mais valia.

No caso das cidades e da produção do espaço, o capital investido na compra de terrenos, sejam eles para loteamento, para habitação, deve ser convertido em lucro com base do processo de valorização. Portanto o investimento no produto imobiliário ou na produção imobiliária urbana está relativo à conjuntura socioeconômica: envolve agentes, contextos e estruturas de sustentação.

Decorre dessa busca aquilo que MARX (apud HARVEY, 1980, p. 153-157) chama de renda da terra e enumera três espécies de renda:

1- A renda de monopólio: determinado pela condição de propriedade privada de algo único em relação ao mercado: “Determinada pela avidez do comprador em comprar e capacidade de pagar, independentemente do preço determinado pelo preço geral de produção, tanto pelo valor do produto”.

2- A renda diferencial: que consiste na exploração da renda derivada apropriação e transformação, bem como a quantidade de investimento e a localização que agrega valor ao produto final: “(...) diferença entre preço da produção individual de um capital particular e o preço de produção geral do capital total investido na esfera concernente de produção”.

3- A renda absoluta: no caso da cidade, corresponde ao espaço, as “condições técnicas e sociais”, um retorno à propriedade da terra, ao valor racional e não relativo ao entorno.

A cidade entra no contexto da reprodução do capital, como base material para a extração da renda. Conforme Damiani (1999), através da propriedade da terra urbana se

viabilizam os superlucros e a reprodução ampliada do capital. A obtenção da renda da terra e a formação do mercado imobiliário são efetivamente parte e estratégia importante do capitalismo.

Segundo Gottdiener (1997, p. 124) “[...] no capitalismo a propriedade da terra constitui um meio de adquirir riqueza [...]” e dessa forma a terra urbana é um recurso para exploração tanto quanto as terras rurais, daí o sentido e aplicabilidade da teoria da renda da terra. Para o autor, o conflito de classes se apresenta na base da fórmula trinitária apresentada por Marx, pois entende-se que capital, terra e trabalho não estão aleatoriamente distribuídos no espaço, mas sim submetidos a uma lógica de dominação e exploração.

O Estado também se apropria das desigualdades intraurbanas e explora a arrecadação com a formação de setores urbanos estabelecidos de acordo com o perfil socioeconômico e as funções urbanas correspondentes. Conforme Gottdiener (1997):

Como a posse da terra continua sendo um meio de acumular riqueza sob as relações capitalistas de produção, indivíduos de toda ordem social tem acesso a esse meio. Por conseguinte, proliferam por toda a sociedade interesses puramente econômicos, centrados em torno dos valores de troca de lotes de terra, e esses interesses podem ou não ser compatíveis com outros envolvidos no processo de acumulação (GOTTDIENER, 1997, p. 15).

Gottdiener (1997) ressalta a necessidade de se aprofundar a análise acerca da apropriação capitalista da cidade, uma vez que não se trata apenas de um simples parcelamento e sua posterior comercialização, mas se trata de uma apropriação intensa do espaço - da localização, da terra, do uso, do acesso, da moradia – ou seja, o capital dispõe do espaço, mas cria barreiras para o acesso à ele com a propriedade privado.

O capital retém o espaço, o uso e mesmo a troca para lançar mão da produção do espaço, criando a necessidade e ao mesmo tempo sua “raridade”. Dessa maneira os agentes privados podem “agir como monopolistas sobre as relações vigentes de produção e *criarem* carências que manipulam em seu proveito as decisões sobre a localização” (GOTTDIENER, 1997. p. 177).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação conjugada e estratégica dos sujeitos sociais produz novas centralidades. Além dos centros antigos e tradicionais, o momento tecnológico reforça a importância

do setor comercial e de serviços, o que possibilita a desconcentração das atividades urbanas que se desdobram em novas localizações.

A implantação de serviços e de infraestrutura, promove um novo processo de valorização baseada não apenas no uso da moradia, mas na localização privilegiada, na acessibilidade aos diversos núcleos de importância, na disponibilidade de equipamentos urbanos, e na própria continuidade do processo de valorização. Esta estratégia dá sustentação ao monopólio e permite aos agentes do desenvolvimento urbano a extração da renda da terra.

A reprodução do capital imobiliário implica uma maior e mais intensa exploração da terra e da importância da moradia urbana no capitalismo. A reprodução ampliada do capital imobiliário se dá com base nas desigualdades intraurbanas, na formação de novas centralidades e no controle da oferta de imóveis, a criação das raridades espaciais. Estas condições são apropriadas pelos distintos sujeitos do desenvolvimento urbano segundo seus interesses específicos a fim de obter maior lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Cristóvão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. **Geotextos**: Salvador. v. 1, n. 1, p. 51 - 80, 2005.

CAPEL, Horácio. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**. Revista de Geografía. Barcelona, v.08, n.1-2, 1974, p.19-58.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo, Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Urbanização da sociedade: questões para debate. In: COELHO, Maria Célia Nunes.; OLIVEIRA, Márcio Pinon de.; CORREA, Aureanice de Mello. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades e temporalidades. Volume I. São Paulo: Editora DP&A/Lamparina, 2008. p.49 – 60.

CASTELLO BRANCO. Maria Luisa. Cidades médias no Brasil In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades médias**: Produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 245 - 278.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In SPOSITO, M. E. B.; **Cidades Médias**: Espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 23 – 34.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2005. 94 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93 p.
- DAMIANI, Amélia Luísa. A crise da cidade: os termos da urbanização In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. DAMIANI, Amélia Luísa. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48 – 61.
- FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Rebatimentos urbanos e regionais do sistema de saúde de Vitória da Conquista – Bahia. In FONSECA, Antonio Angelo Martins; BRITO, Cristóvão; e LÉDA, Renato (Org.) **Dinâmica e reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. 1ª edição. Salvador: JM Gráfica e editora Ltda, 2010. P. 183 - 214 .
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997. 306 p.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil**: cid@des. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em Junho. de 2009.
- LÉDA, Renato. Formação e reestruturação regional da Bahia contemporânea: discutindo recortes geográficos e suas periodizações. In FONSECA, Antonio Angelo Martins; BRITO, Cristóvão; e LÉDA, Renato (Org.) **Dinâmica e reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. 1ª edição. Salvador: JM Gráfica e editora Ltda, 2010. P. 17 - 52.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** (tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 138 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana** (Tradução de Sergio Martins e Margarida Maria de Andrade) 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178 p.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MAIA, Doralice Sátyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades médias**: Produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 155 - 174.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Volume III. Tomo 2. (Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe) .

São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Paraná, 2001. Disponível em <http://www.unioeste.br/projetos/histedbropr/bibliografia/critica_economia_politica.pdf>

PONTES, Beatriz Maria Soares. A mudança no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades médias**: Produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 327 – 346.

SANTOS, Jânio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: HENRIQUE, Wendel; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 59 – 74.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2006. 176p.

SEI. Superintendência de Estudos Estatísticos da Bahia. **Indicadores Sociais e Econômicos da Bahia**. Salvador, Bahia, Brasil. Disponível em <www.sei.ba.gov.br> acesso em Outubro de 2008.

SILVA, José. Borzacchiello da. Cidades ingovernáveis. In: COELHO, Maria Célia Nunes.; OLIVEIRA, Márcio Pinon de.; CORREA, Aureanice de Mello. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades e temporalidades. Volume I. São Paulo: Editora DP&A/Lamparina, 2008. p. 141 - 150.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SOUZA, Suzane Tosta. **Algumas considerações sobre renda da terra e as estratégias dos proprietários fundiários no campo**. Anais SEGEO: Vitória da Conquista, 2008. CD- ROM.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In SPOSITO, M. E. B.; **Cidades Médias**: Espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 23 – 34.

VILLAÇA, Flávio. O espaço intra-urbano no Brasil. 2ª. Edição. São Paulo: Studio Nobel, 2001.